



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PREGÃO Nº 12/2017

(Processo Administrativo n.º 23065.014013/2017-63)

1. DO OBJETO

1.1. *Contratação de SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO E AUXÍLIO FUNERAL estudantes regularmente matriculados e cursando quer sejam os cursos técnicos como a graduação ou a pós-graduação na Ufal, tanto na modalidade presencial quanto à distância; e, de estagiários contratados, para estágios não obrigatórios, por esta Ufal, ocorridos em qualquer parte do globo e em qualquer período, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNEC.	QUANTITATIVO	PREÇO MÉDIO	
				UNIT./ ANUAL	TOTAL ANUAL (p/ 25.000 segurados)
1	Contratação de seguro de Acidentes pessoais coletivo e auxílio funeral para alunos regularmente matriculados, e estagiários contratados na Universidade Federal de Alagoas	unidade	25.000	R\$ 21,24	R\$ 531.000,00

1.2. *Farão parte do grupo segurado os alunos devidamente matriculados, e os estagiários contratados para estágio não obrigatório nesta Universidade e que constem na lista vigente de segurados fornecida pela Contratante.*

1.3. *Estimativa de valores:*

1.3.1. *Com base na análise de mercado realizada e nas pesquisas de preço, estima-se que a contratação ora proposta terá o custo mensal estimativo de R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), totalizando o gasto anual (período de 12 meses) estimado de R\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil reais).*

1.3.2. *Os serviços a serem contratados deverão contemplar a cobertura de 25.000 (vinte e cinco mil) segurados.*



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação faz-se necessária para garantir aos beneficiados a segurança e conforto em caso de sinistro, sobretudo se estes ocorrerem nas dependências da Instituição, ou sob sua responsabilidade, tais como em trabalhos de campo e demais atividades curriculares (como estágio curricular, visitas técnicas, atividades relacionadas aos programas de extensão e atividade acadêmicas em geral) e também em virtude das obrigações e responsabilidades inculcadas a esta Universidade pelas LF nº 11.788/2008 – Lei do Estágio e a LF nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para realização de seus Estágios Curriculares Supervisionados;

2.2. Visa também segurar os estagiários contratados desta Universidade em virtude das obrigações e responsabilidades inculcadas a esta Universidade pela LF nº 11.788/2008, e Orientação Normativa nº 02, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho no Serviço Público do Planejamento, Orçamento e Gestão;

2.3. O seguro coletivo será na modalidade de ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS (Morte acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Despesas Médicas e Hospitalares e Odontológicas) e AUXILIO FUNERAL e objetiva garantir o pagamento de indenização até o limite do capital segurado, em todos os casos de acidentes ocorridos nas dependências da CONTRATANTE ou ainda em ambiente externo desde que o segurado esteja desenvolvendo as atividades descritas na cláusula primeira do presente Termo de Referência.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de serviço de natureza comum, **uma vez que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e,** continuada, assim, caracterizado como sendo aquele que se destina a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro, ou seja os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado (art 1º, Parágrafo único, Lei nº 10.520/2002)

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. A apólice de seguro contratada deverá garantir as seguintes coberturas e capital:

4.1.1.1. Morte Acidental (MA) inclusive por agentes biológicos ou reagentes químicos: Garantindo aos dependentes (pessoas livremente indicadas pelo segurado) o pagamento do capital segurado individual contratado para essa cobertura em caso de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**



morte, em caso de falecimento do segurado decorrente de acidente pessoal coberto pelo seguro;

4.1.1.2. Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA) inclusive por agentes biológicos ou reagentes químicos: Garantindo ao próprio segurado, em caso de uma Invalidez Permanente Total por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de risco excluído;

4.1.1.3. Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garantindo o reembolso das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do Capital Segurado Contratado para esse serviço;

4.1.1.3.1. Considera-se acidente pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente ou parcial do segurado;

4.1.1.4. Auxílio-funeral: Consiste em auxílio para custear despesas decorrentes do funeral do segurado

4.1.2. O seguro a ser contratado deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a grande rotatividade dos estudantes e estagiários;

4.1.3. Haverá, assim, situações em que o quadro estará incompleto e, à medida que os estudantes iniciarem os períodos de aula ou se desligarem da Universidade, e os estagiários iniciarem ou se desligarem do programa de estágios, seus nomes e respectivos dados – nome completo, data de nascimento, CPF, RG – serão imediatamente informados, por escrito, à seguradora contratada para a devida inclusão ou exclusão do assegurado; os demais terão seus nomes e dados informados posteriormente, à época do início de seus respectivos períodos de aula;

4.1.4. O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos segurados e exclusões de estudantes e estagiários já segurados, bem como a emissão de apólice de seguro e respectivos endossos;

4.1.5. As inclusões exclusões e/ou alterações de segurados serão encaminhadas pela UFAL à licitante vencedora até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior à vigência do seguro;

4.1.6. Se houver atraso na remessa da movimentação, o faturamento do mês em referência será emitido com os dados do mês imediatamente anterior;

4.1.7. Não haverá franquia e/ ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado;

4.1.8. O seguro deverá abranger os acidentes ocorridos em qualquer parte do globo terrestre;

4.1.9. A contratação do seguro seguirá as normas regulamentares expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**



4.1.10. A seguradora a ser contratada deverá obedecer à legislação pertinente ao ramo de seguro, bem como as determinações da Universidade Federal de Alagoas;

4.1.11. A adesão será compulsória, abrangendo todos os componentes do grupo segurável;

4.1.12. Os serviços a serem contratados deverão contemplar a cobertura para 25.000 (vinte e cinco mil) segurados;

4.1.13. As coberturas individuais estão estabelecidas abaixo:

Morte acidental	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Invalidez permanente total ou parcial	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Despesas Médico Hospitalares e odontológicas	R\$ 3.000,00 (três mil reais)
Auxílio-funeral	R\$ 3.000,00 (três mil reais)

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. É estipulante desta apólice a UFAL;

5.1.2. Para fins deste seguro, o grupo segurável é composto pelos estagiários contratados para estágio não obrigatório, e os alunos regularmente matriculados na Universidade Federal de Alagoas na modalidade presencial ou a distância e que tenham o nome na lista de segurados fornecidos pela Contratante a Contratada;

5.1.2.1.1. Essa lista levará em consideração as necessidades que cada atividade acadêmica suscite, assim como os fatores de risco atribuídos aos ambientes e que as condições para execução das mesmas exigem, não sendo possível a mensuração ou delimitação, a priori e de forma estática, desses fatores de risco e condições de perigo.

5.1.2.1.2. Em conjunto serão consideradas as orientações da Susep e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre fatores de risco e condições de perigo em locais de trabalho, sendo essas aplicadas também aos laboratórios e ambientes acadêmicos da UFAL;

5.1.3. O número de segurados a serem cobertos mensalmente pelo referido seguro será de até 25.000 (vinte e cinco mil) podendo variar, para menos, em alguns momentos por motivo da rotatividade que se faz necessária;

5.1.4. O ciclo mensal do seguro se dará sempre do primeiro ao último dia de cada mês

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. As inclusões, exclusões e/ou alterações de segurados serão encaminhadas pela UFAL à licitante vencedora até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior ao do mês da



inclusão do(s) novo(s) segurados no Seguro Coletivo, e a cobertura dos componentes seguráveis na apólice ocorrerão a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao que foi enviado seu nome e consequentemente a assinatura da “Proposta e Cadastro de Beneficiários do Seguro”;

6.1.2. O grupo segurado será absorvido integralmente pela seguradora contratada, inclusive os afastados por motivo de saúde, mantidas as importâncias seguradas vigentes e as coberturas definidas no presente Termo de Referência;

6.1.3. A inclusão e exclusão dos componentes seguráveis, será feita exclusivamente pela UFAL mediante o preenchimento da “Proposta e Cadastro de Beneficiários do Seguro de Vida em Grupo” através do fiscal do contrato;

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato e terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo, caso haja interesse das partes, na forma que segue:

7.1.1. As indenizações de sinistro deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação à Seguradora;

7.1.2. No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada;

7.1.3. O segurado poderá substituir seus beneficiários a qualquer tempo, mediante o preenchimento de nova “Proposta e Cadastro de Beneficiários do Seguro”.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.6. A seguradora adiantará, mediante apresentação da certidão de óbito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, 10% (dez por cento) do valor da indenização devida, para a cobertura de morte do segurado, ao beneficiário declarado, no cartão proposta (declaração dos beneficiários). Esse valor será deduzido do montante da indenização final apurada;

7.7. O pagamento de indenização referente à invalidez, cobertas neste termo, será efetuado de uma só vez ao próprio segurado.



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008
- 8.7. Efetuar os pagamentos à contratada, mensalmente, mediante apresentação de notas fiscais devidamente atestadas;
- 8.8. Prestar informações sobre os dados dos alunos e estagiários para a Contratada e quaisquer esclarecimentos necessários para o bom desempenho dos serviços ora contratados até o dia 20 (vinte) de cada mês, para que a vigência seja do dia primeiro ao dia trinta do mês subsequente. Nos dez dias contados do dia 20 ao dia 30 de cada mês a seguradora deverá proceder aos ajustes necessários, informando as divergências encontradas;
- 8.9. Emitir planilha mensal com o número de vidas seguradas para emissão do boleto de pagamento mensal;
- 8.10. Processar, atestar, empenhar, liquidar e pagar o valor apresentado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



- 9.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.16. Emitir as apólices de seguro de acordo com os dados fornecidos pela UFAL;
- 9.17. Efetuar as baixas, dos títulos de cobrança emitidos;
- 9.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 9.19. Incluir / excluir os nomes das pessoas a serem seguradas ao longo da vigência contratual;
- 9.20. Informar quando da emissão da apólice ou certificado, como agir em casos de acidentes, e fornecer nº de telefone, fax, e-mail e nome da pessoa para contato, em caso de ocorrência de sinistro, bem como prazo e local para recebimento do seguro;
- 9.21. Emitir Certificados Individuais (CI), em formato digital, através de e-mail fornecido à contratada, de acordo com os dados fornecidos pela UFAL;
- 9.22. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, consoante o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Facultada a supressão além deste percentual, mediante acordo entre as partes contratantes, art. 65, § 2º, II da Lei nº 8.666/93;
- 9.23. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



9.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.25. A contratada deverá designar um representante perante a UFAL para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**



12.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.11. O contrato ente a UFAL e a seguradora será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

12.12. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços pela contratada;

b) encaminhar à seguradora a relação inicial de segurados;

c) informar à seguradora as inclusões, exclusões ou substituições de segurados, sempre que ocorrerem;

d) prestar orientação geral aos segurados;

e) receber e conferir as relações de segurados encaminhadas pela seguradora;

f) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

g) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;

h) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;

i) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

j) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.



13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante, **a exemplo de:**

- 13.2.1.1. **Atraso no envio de endosso mensal da apólice de seguro APC**
- 13.2.1.2. **Atraso no envio do boleto de pagamento da fatura mensal,**
- 13.2.1.3. **Mudanças nas rotinas e fluxos dos procedimentos sem prévio aviso à contratante,**
- 13.2.1.4. **Não informar ou omitir pendências legais que possam alterar ou impedir as rotinas de prestação do serviço;**
- 13.2.1.5.

13.2.2. Multa moratória de **0,5 %** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias, como:**

- 13.2.2.1. **Reiteração das faltas descritas no item 13.2.1;**
- 13.2.2.2. **Cobrança por serviço não executado;**
- 13.2.2.3. **Atraso na execução ou prestação do serviço, que venha acarretar dolo financeiro ao segurado ou a contratante;**

13.2.3. Multa compensatória de **5 %** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, **a exemplo de:**

- 13.2.3.1. **Reiterar mais de uma vez em situações como as descritas no item 13.2.1;**
- 13.2.3.2. **Reiterar em situações como as descritas nos itens 13.2.2.2 e 13.2.2.3;**
- 13.2.3.3. **Atraso no pagamento do sinistro;**
- 13.2.3.4. **Negar a prestação do serviço sem prévia comunicação ou justificativa legal.**

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**



13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Maceió, 01 de novembro de 2017

WENDELL SILVA SOARES
Gerente de Estágios Curriculares
GEST/PROGRAD/UFAL